



Requerimento nº RQ 1725/2009
(Da Deputada Erika Kokay)

Assessoria de Plenário e Distribuição

Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenário para análise de admissão e distribuição, observado o art. 132 do RI.

Em, 19.08.09

Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Requer a realização de audiência pública, no Plenário desta Casa, no próximo dia 06 de outubro, às 10:00 horas, com o objetivo de discutir a política de cotas raciais para ingresso na Universidade de Brasília – UnB como instrumento de redução das desigualdades raciais.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Legislativa.

Com amparo nos artigos regimentais aplicáveis à matéria, venho requerer a realização de audiência pública no Plenário desta Casa, no próximo dia 06 de outubro, às 10:00 horas, com o objetivo de discutir a política de cotas raciais para ingresso na Universidade de Brasília como instrumento de redução das desigualdades raciais.

Justificação

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 1725 / 09
Fis. N.º 01 R.ITA

A política de cotas raciais foi implantada, de forma pioneira, pela Universidade de Brasília, em 2004, por ocasião do 2º vestibular daquele ano, quando foi fixada uma reserva de 20% das vagas oferecidas para alunos de origem negra. Conforme ressaltado pelo reitor da Universidade de Brasília, à época, a política de cotas constitui "uma ação corretiva das injustiças cometidas na história do País." Segundo ele, com a medida adotada a UnB buscaria "um mundo mais justo e a inclusão de negros e índios faz parte dessa caminhada".

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:
06.10.09
HORA: LOCAL: PL

Paula Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial
Matr. 11.690-40

Handwritten initials/signature

Handwritten signature

ASSESSORIA DE PLENÁRIO PROT. 17-AUG-2009 10:48 CBSPK



Da mesma forma, ao se manifestar sobre a iniciativa da UnB, o então presidente da Fundação Palmares, Sr. Ubiratam Castro de Araújo, destacou que isso representava o início do "processo de reparação à população negra dos 500 anos de exclusão de acesso aos bens simbólicos de capacitação ao exercício da cidadania".

Vale registrar que o exemplo da Universidade de Brasília foi seguido por todas as universidades públicas e que hoje a política de cotas é uma realidade consolidada em todo o sistema universitário brasileiro, sendo considerado plenamente exitoso. A propósito, deve ser mencionado que, segundo pesquisas recentes têm demonstrado, o desempenho acadêmico dos alunos que ingressaram nas universidades por meio da política de cotas é igual ao dos demais alunos.

Os avanços obtidos com essa importante política afirmativa de inclusão social adotada pela Universidade de Brasília, no entanto, encontram-se atualmente sob forte ameaça em virtude da ação proposta pelo Partido Democratas, perante o Supremo Tribunal Federal, que pede o fim do sistema de cotas nos processos seletivos promovidos pela UnB. Além de criar uma enorme insegurança jurídica para todos aqueles que ingressaram ou estão prestes a ingressar na UnB por meio dessa política, a referida ação judicial proposta pelo DEM representa um grave e inaceitável retrocesso na formulação de políticas públicas de combate às imensas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira e, em especial, a do Distrito Federal.

Como bem destaca o ilustre Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, no documento encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, a política de cotas "promovem o pluralismo nas instituições de ensino e a superação de estereótipos negativos sobre o afrodescendente, com o conseqüente fortalecimento da sua auto-estima e combate ao preconceito".

Diante, pois, da relevância da matéria e da polêmica que o assunto ainda suscita, é que venho requerer que esta Casa promova uma ampla audiência pública sobre o tema, que possa contar com a participação de especialistas e estudiosos do assunto, de representantes de alunos, professores e dirigentes da Universidade de Brasília, do Ministério Público, de entidades organizadas da sociedade civil e da população em geral visando a realização de um profundo debate sobre essa questão que possa contribuir para consolidar os avanços já obtidos até o momento.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RA Nº 1725/09
Fls. Nº 02 RITA



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Isso posto, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2009.

Erika Kokay
Erika Kokay

Deputada Distrital – PT/DF

